

Moção Sectorial

MAIS E MELHOR MADEIRA

Roberto Loja
Militante n.º 180386

Moção

Mais e melhor Madeira

Na política honesta, o poder não pode ser um fim em si mesmo. A obtenção e o exercício do poder só fazem sentido quando com ele se conseguir uma melhoria na vida das comunidades em que se exerce esse poder. Neste contexto, a política passará sempre por um diagnóstico das necessidades e na escolha de um caminho, o caminho que permita às organizações políticas propor às populações como “o” caminho a seguir.

A uma organização política séria caberá assim identificar, de forma cabal, as necessidades das populações que serve, e procurar identificar um caminho que permita assegurar, da forma mais eficaz possível, satisfazer de forma mais eficaz estas necessidades.

As necessidades principais da população estão claramente identificadas desde Abril... “Paz, Pão, Habitação – e Liberdade”. O caminho para estes objectivos precisa de ser redefinido, até porque o concreto destes objectivos também mudou, desde 1974. Entendemos que os prismas essenciais do bem-estar social não mudaram radicalmente, mas que as estratégias e os objectivos concretos mudaram, até porque mudaram as referências estruturais das comunidades em que estão envolvidos a Madeira e os madeirenses.

E a verdade é que, se em abstracto é fácil identificar as necessidades básicas dos madeirenses, as estratégias para a sua satisfação carecem de uma análise mais cuidada.

Neste momento, as maiores preocupações dos madeirenses passam por três factores: emprego, habitação e saúde, e que a satisfação destas necessidades leva à necessidade de satisfazer uma série de outras problemas que são as fundações de futuro, que se espera melhor, para a Madeira e os madeirenses¹.

¹ Para todas estas moção, considera-se que Madeira e madeirenses é sinónimo de Madeira e Porto Santo, e de madeirenses e porto santenses, da mesma maneira que a referência “eles”, se deve entender como sendo sinónimo de “eles e elas”. Isto não quer dizer uma mudança de ênfase, mas tão somente que estes estão tão implícitos que é quase um insulto insistir no que é óbvio. Porque os porto santenses não são nem mais nem menos madeirenses que todos os outros habitantes e

Em termos de emprego, importa não apenas procurar assegurar “mais” emprego, mas talvez acima de tudo assegurar “melhor” emprego. Emprego em que os residentes se sintam realizados, respeitados, bem compensados e com um futuro, incluindo necessariamente a possibilidade de se reformarem atempadamente. Para assegurar emprego de qualidade é preciso garantir que os jovens encontram na ilha a formação de que necessitam, e que a formação se adequa às necessidades do mercado.

Em termos de habitação, é preciso assegurar que esta seja condigna, segura, e acessível – quer em termos físicos, quer em termos financeiros. E que, quer em termos de aquisição, quer em termos de arrendamento, viável para todos. E se de certa forma esta viabilidade também depende do factor emprego e remuneração, tem de passar também por uma forma de discriminação positiva dos residentes actuais, e nomeadamente dos mais jovens.

A saúde quer-se universal e gratuita, o que implica que seja acessível, mais uma vez, em termos físicos e financeiros, disponível e célere. E que seja eficaz e justa, o que implica que não pode discriminar, mas que tem também de ser sustentável, em termos financeiros e em termos sociais.

Mas a verdade é que num sistema equilibrado, as necessidades de todos são conciliáveis e – mais – equilibram-se umas às outras, e que quando isso não acontece, isso decorre de uma disfuncionalidade no sistema.

Emprego

O emprego, qualquer emprego, decorre de um equilíbrio entre o que se oferece, e o que se procura. Cada vez mais, pretendem-se trabalhadores formados, experientes, produtivos, polivalentes e motivados. Mas tudo isto exige, da parte dos empregadores, capacidade e vontade de compensar os trabalhadores pelo seu esforço, presente, passado e futuro. Presente, pelo que fazem na sua actividade de dia a dia, passado, pelo seu esforço em termos de formação, e futuro, pela sua vontade de efectivamente continuar a trabalhar na Região.

residentes da Região, nem as mulheres são mais ou menos cidadãos porque nos referimos a eles (incluindo todos e todas), do que seriam se nos referíssemos a eles e elas.

As TIC e a evolução em termos de outros factores de produção, levam a que cada vez sejam necessários menos trabalhadores para assegurar o cumprimento das tarefas das empresas. Há cinquenta anos seriam necessário, e sustentável, por exemplo, ter um trabalhador por cama na hotelaria. Hoje em dia, isso não seria sustentável, ou sequer desejável. O que significa que as empresas podem funcionar com menos efectivos, mas que estes têm de ser mais capazes, mais formados, mais flexíveis e mais polivalentes. Mas deveriam as empresas entender que estas novas características têm de ser mais compensadas, e que para assegurar a disponibilidade, entusiasmo e produtividade destes trabalhadores, é preciso compensá-los de forma (mais) adequada, assegurando não só que têm melhores salários, mas também que são apoiados por um sistema de protecção social robusto, em termos de saúde e de reforma, mas também em termos de lhes serem assegurados direitos, liberdade e garantias.

É preciso garantir que os trabalhadores tenham salários adequados, o que implica aumentos reais, bem acima da inflação, de forma a aumentar claramente o salário mínimo², para valores mais próximos das médias europeias, mas especialmente melhorar as carreiras, por forma a garantir que os salários acompanham as maiores necessidades de formação e de exigências em termos de experiência e de produtividade das empresas. Para isto, é preciso assegurar que a formação, quer nas escolas, quer nas universidades, quer nas escolas profissionais, corresponde de facto às necessidades, presentes e futuras, das empresas. E que a formação seja disponibilizada e que seja acessível a todos, de forma acessível, aberta, eficaz e idealmente gratuita.

Cabe às autoridades garantir a adequação dos currículos, com um maior ênfase nas necessidades das empresas e dos formandos, mas não esquecendo a segurança e bem-estar dos formadores, eles também trabalhadores.

É preciso assegurar que os sindicatos continuem a ter espaço para operar, e que os trabalhadores vejam neles os seus defensores. É preciso assegurar que o direito à greve continue a existir, de forma regulada, justa e segura. É preciso assegurar que os tribunais de

² O salário mínimo tem de aumentar, por decreto se necessário, mas os salários médios também de aumentar, de forma mais marcante ainda, de forma a que os salários mínimos sejam a excepção, e que os salários médios sejam suficientemente competitivos para concorrer com os mercados laborais da Europa.

trabalho funcionem de forma célere e justa, com a ênfase na protecção dos direitos dos trabalhadores.

Para a administração regional, é preciso assegurar o equilíbrio entre as necessidades dos trabalhadores e das empresas, assegurando que uns e outros têm as condições de que necessitam para funcionar de forma eficaz e produtiva, e garantindo que os ganhos de produtividade das empresas são acompanhados de melhorias nas remunerações dos trabalhadores. E que estes são tratados de forma justa, assegurando relações laborais produtivas, longas e equilibradas.

Habitação

É preciso assegurar que os madeireses tenham acesso a habitação, quer própria, quer arrendada, a preços justos e mantendo uma relação directa e equilibrada com os salários médios, assegurando que todos tenham acesso a habitação de qualidade, e coincidente com as necessidades reais do seu agregado familiar.

Neste sentido, é preciso travar a especulação imobiliária e o alojamento local, de forma a travar a gentrificação das cidades e o empurrar das populações residentes para as periferias. É preciso fomentar a construção de habitação social e a custos controlados, criando mecanismos para evitar a especulação imobiliária com estes imóveis.

Para que a habitação seja, e se mantenha, acessível, é preciso diminuir a pressão em termos de imobiliário, o que implica a limitação urgente na construção/reabilitação para alojamento local, e a priorização da reconstrução para habitação. Nomeadamente o Funchal, tem centenas de prédios devolutos, alguns em muito mau estado de conservação, que poderiam e deveriam ser recuperados para habitação/habitação social/habitação a custos controlados.

Saúde

Investir na saúde pública, e viabilizando a permanência na Região dos profissionais de saúde formados na Madeira, nomeadamente médicos e enfermeiros. Melhorar as suas carreiras, as suas condições de trabalho, as remunerações, e os incentivos à sua permanência.

Assegurar a conclusão do hospital central, e promover a sua rápida entrada em funcionamento, garantindo a ligação entre o hospital e a universidade, fazendo assim que se formem profissionais de saúde locais.

Equipar unidades de saúde de qualidade, e facilitar o acesso da população a uma saúde de qualidade, eficaz e célere, que desincentive o absentismo e promova a produtividade.

Tratar o álcool e drogas como problemas de saúde, e encontrar soluções que resolvam os problemas, das vítimas e das suas famílias, nomeadamente menores.

Melhorar os acessos às unidades de saúde, e facilitar a permanência nestas, nomeadamente em termos de acessos e estacionamento.

Família

Urge fomentar a natalidade, de forma a garantir pelo menos as taxas de substituição natural (cerca de duas crianças por casal). Isso passa por garantir habitação de qualidade, mas também por assegurar apoios às crianças, em termos de saúde, mas também de apoios sociais reais, e de educação gratuita e de qualidade para todos os níveis, pelo menos em termos de escolaridade obrigatória.

Construir, equipar e manter creches e jardins de infância de qualidade e gratuitos para todos.

Fomentar e promover a escola pública, de qualidade, e gratuita, incluindo neste gratuito todos os materiais de formação e transportes. Apoiando e acarinhando os professores, dando-lhes condições de trabalho dignas, e bons salários. Fomentando a sua formação, e apoiando as suas carreiras e a sua evolução dentro destas.

Educação

Tornar a educação verdadeiramente gratuita, em todos os níveis do pré-escolar e ensino obrigatório. Manter a educação superior acessível, e aumentar os apoios, em termos de alimentação e alojamento. Promover a qualidade na educação, a todos os níveis. Promover a avaliação do sistema mais do que a dos alunos. Tornar a experiência educativa o mais relevante, personalizada e adequada possível. Integrar carreiras, desincentivar os recibos verdes na educação,

nomeadamente no ensino superior, e promover a investigação e desenvolvimento, e a monetização destas, nomeadamente pela facilitação e financiamento de obtenção de patentes.

Tornar a democracia parte do que se fomenta na escola. Isto implica a democratização das escolas, nomeadamente em termos das suas administrações, mas também pela integração nos seus currículos de módulos de cidadania e de história que permitam aos futuros cidadãos fazer escolhas significativas com base em informação e formação reais.

Acessibilidades

Facilitar as deslocações, dentro e fora da Região. Fomentar e incentivar o transporte público, tornando-o mais barato e mais eficaz, e retirando-lhe o ónus de ser lucrativo. O transporte público será sempre mais sustentável que as alternativas, em termos financeiros, sociais e ambientais. Será sempre mais barato, a todos os níveis, fomentar o transporte público do que construir novas vias.

Facilitar os acessos às cidades, limitando a operação de veículos pesados de mercadorias nas horas de ponta. Incentivar a descentralização das operações de carga e de importação/exportação.

Facilitar as operações aeroportuárias, assegurar a diminuição de preços ao consumidor de todos os meios de transportes. Redesenhar o modelo de transporte aéreo, e criar incentivos a uma linha ferry, de preferência num modelo de continuidade territorial, idealmente operado de Lisboa e em conjugação com os Açores.

Criar um plano de contingência para o aeroporto do Funchal, idealmente conjugado com o aeroporto do porto Santo como alternativa. Adquirir equipamento de transporte marítimo, rápido, eficaz e seguro, de forma a ligar os dois aeroportos e criar os meios para a sua operação, no Porto Santo e em Machico/Santa Cruz.

Promover uma cultura de segurança, para todos os sistemas de transporte regionais. Assegurar o apoio das forças de segurança, e implementação cabal das normas de trânsito em toda a Região.

Turismo

Dar prioridade aos residentes. O turista é um visitante. Cabe-lhe cumprir todas as regras locais. O número de turistas deve ser reduzido

ao mínimo indispensável, por forma a reduzir os impactos negativos das suas actividades. Deve ser promovido, tanto quanto possível, o aumento do rendimento por pessoa por oposição ao aumento dos números para um aumento de rendimentos.

Deve ser reduzido o número de alojamentos locais, por forma a reduzir a pressão sobre os mercados do imobiliário e do arrendamento. Deve ser encontrada uma fórmula que dê aos proprietários dos imóveis garantias que as rendas nunca sofram reduções, em termos reais³.

Deve ser promovida a qualificação das profissões do turismo, a todos os níveis. Nomeadamente em termos dos guias intérpretes, que são os embaixadores da cultura e da Região. Devem ser desenvolvidos mecanismos que impeçam o exercício das profissões do turismo a quem não estiver habilitado para tal.

O número de rent-a-car deve ser reduzido de forma a que se volte a tornar sustentável, e desenvolvidos mecanismos alternativos de acesso à montanha e aos pontos de interesse turístico. O princípio geral deve ser “a Madeira é dos madeirenses”, e o turismo deve vir por acréscimo, nunca à custa dos residentes.

Deve ser desenvolvido um mecanismo que promova uma avaliação da sustentabilidade de novos residentes, e só serem aceites os que tragam mais valias à Região⁴.

É preciso assegurar a manutenção dos percursos pedestres das ilhas, e reduzir (nalguns casos de forma drástica) a carga que é exercida sobre eles. É preciso introduzir medidas de controlo do trânsito e do estacionamento, por toda a Região, mas com destaque especial para a Madeira. Mais uma vez, promover a utilização de transportes públicos ou shuttles em detrimento de viaturas de aluguer.

Deve ser implementado um valor mínimo de venda de alojamento. Para qualquer alojamento ou grupo que venda abaixo desse valor, será cobrada uma taxa que eleve esse valor até ao mínimo estipulado para o tipo de unidade, localização e época do ano.

³ Deve ser promovida uma fórmula que garanta que a inflação seja sempre menor que o aumento anual das rendas. Da mesma forma, deve ser criada uma apólice de seguro que cubra não só uma espécie de garantia do interior do imóvel, mas também o próprio pagamento da renda, de forma que o proprietário nunca corra riscos de não pagamento, ou de perda de rendimento, ou de diminuição dos seus rendimentos.

⁴ Isto deve ser feito com muito cuidado, na medida em que pode chocar com alguns princípios das liberdades de circulação da União Europeia, nomeadamente Schengen

Deve ser desenfaturada a dependência nas low cost. Devem ser eliminados todos os subsídios recorrentes, e a subsidiação deve limitar-se ao lançamento de novas rotas, e só para aquelas que sejam claramente de interesse para os mercados regionais.

Os critérios de atribuição de estrelas devem ser repensados, de forma a terem um número mínimo de trabalhadores por quarto para cada nível... para além de todos os outros critérios já existentes.

Ambiente

A sustentabilidade, a todos os níveis, mas especialmente em termos ambientais, tem de ser a primeira prioridade. Proteger o ambiente, e nomeadamente a floresta endémica, em prejuízo de tudo o resto, se necessário. Bloquear as construções em zonas protegidas, alargar as zonas protegidas, e investir na floresta, nomeadamente na laurisilva.

Tornar a floresta menos acessível, nomeadamente nas zonas mais sensíveis. Restringir o acesso, e restringir a utilização das estradas que cruzam estas zonas.

Proteger as reservas de água, e incrementá-las, tanto quanto possível. Promover medidas que levem à gestão florestal nas zonas de floresta exótica. Estudar a possibilidade de criar centrais eléctricas a biomassa.

Promover e ensinar a sustentabilidade. Em termos ambientais, mas também sociais e financeiros

Cultura

Promover a verdade no ensino das tradições madeirenses. Assumir um compromisso sério com raízes históricas, até para tratar o turismo de forma mais séria. Valorizar a etnografia. Valorizar as vias de comunicação históricas, desde os trilhos tradicionais aos caminhos reais.

Financiar eventos culturais, e a edição de livros e revistas sobre assuntos de interesse para a Região e para as suas gentes. Promover o conhecimento da história e cultura locais, na região e em cada parte dela.

Política

Acabar com os políticos “profissionais”. Exigir que os eleitos, para qualquer cargo, tenham uma qualquer experiência profissional anterior. Promover a qualidade, e avaliar o desempenho. Dos eleitos, dos governantes e do funcionamento da coisa pública. Delinear objectivos claros, quantificáveis, e verificar o seu cumprimento, utilizando os princípios do balanced scorecard. Estender o conceito da limitação de mandatos a todos os níveis da política, incluindo as assembleias.

Promover a democracia, a todos os níveis, e em todos os locais. A liberdade é um valor universal, e cabe a cada um de nós fazer o que pudermos para a implementar em todo o mundo, e para proteger os que vivem em lugares onde esta é posta em causa.

Entender, e promover o entendimento, dos princípios de direito internacional mais básicos, e a forma como os estados se protegem, e como promovem o bem-estar das suas gentes.



10 › 11 janeiro 2026
Funchal

